

‘Reeleição de Lula é tarefa estratégica para consolidar projeto de nação soberana’

PT

06/07/2026

Resolução do Diretório do PT, aprovada em 3 de julho, destaca que “responsabilidade fiscal e justiça social não são objetivos incompatíveis” e aponta ações dos Bolsonaro contra o país



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO POLÍTICA DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

1. O Brasil atravessa um dos momentos mais decisivos de sua história. Vivemos uma época marcada por profundas transformações econômicas, tecnológicas, e geopolíticas que reorganizam as relações de poder no mundo e recolocam a disputa entre projetos de sociedade no centro da política. O avanço da extrema direita internacional, a intensificação das guerras, as tentativas de enfraquecimento da democracia, a disseminação da desinformação e a crescente disputa por recursos naturais e soberania tecnológica revelam que a democracia permanece sob forte pressão em diversas partes do planeta.

2. Nesse cenário, a América Latina volta a ocupar posição estratégica. As recentes eleições na região demonstram que nenhuma conquista democrática pode ser considerada definitiva. A ofensiva conservadora continua organizada, articulada internacionalmente e apoiada por poderosos interesses econômicos e financeiros. Ao mesmo tempo, cresce entre os povos latino-americanos a defesa da soberania, da integração regional, do desenvolvimento com justiça social e da democracia como instrumento de melhoria concreta das condições de vida.

3. É nesse contexto que a eleição brasileira de 2026 adquire importância que ultrapassa nossas fronteiras. O Brasil voltou a ser referência internacional na defesa da paz, do multilateralismo, da cooperação entre os povos e da construção de uma ordem internacional equilibrada. Sob a liderança do presidente Lula, nosso país recuperou credibilidade diplomática, protagonismo ambiental e capacidade de diálogo com diferentes nações, reafirmando nossa tradição de política externa soberana e independente.

4. Mais do que uma disputa eleitoral, o processo político brasileiro representa uma escolha entre dois caminhos históricos. De um lado, um projeto comprometido com a democracia, a redução das desigualdades,

a soberania nacional, a valorização do trabalho, da cultura, da ciência e da produção nacional. De outro, um projeto subordinado aos interesses do mercado financeiro internacional, marcado pelo autoritarismo, pela destruição das políticas públicas, pela negação da ciência, pelo ataque aos direitos sociais e pela submissão do Brasil a interesses estrangeiros.

5. A reeleição do presidente Lula constitui, portanto, uma tarefa estratégica para consolidar nosso projeto de nação soberana retomado em 2023. Não se trata apenas da continuidade de um governo bem avaliado, mas da possibilidade histórica de aprofundar um novo ciclo de desenvolvimento baseado na inclusão social, na reindustrialização do país, na transição ecológica, na valorização dos trabalhadores, na soberania econômica e na ampliação da democracia.

6. A experiência recente demonstrou que não existe neutralidade entre esses projetos. As escolhas econômicas, sociais e políticas produzem resultados concretos na vida do povo. Enquanto os **governos neoliberais de Temer e Bolsonaro aprofundaram a fome, o desemprego, a precarização do trabalho e a concentração de renda**, o governo do presidente **Lula voltou a colocar o Estado a serviço do desenvolvimento** nacional e da melhoria das condições de vida da maioria da população.

7. Os resultados desse projeto já são percebidos no cotidiano das brasileiras e dos brasileiros. O país voltou a crescer de forma consistente, ampliou a geração de empregos formais, reduziu o desemprego aos menores níveis da série histórica, recuperou a renda dos trabalhadores, voltou a reduzir as desigualdades sociais e consolidou um ambiente de estabilidade econômica que permite planejar o futuro.

8. A política econômica conduzida pelo Presidente Lula e o Ministro Fernando Haddad demonstra que **responsabilidade fiscal e justiça social não são objetivos incompatíveis**. Pelo contrário: o fortalecimento do mercado interno, a ampliação da renda das famílias, o investimento público e privado e a reconstrução da capacidade de planejamento do Estado voltaram a impulsionar o crescimento econômico e a confiança na economia brasileira.

9. Esse novo momento ganha expressão em políticas públicas que chegam diretamente à vida das pessoas. A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda já começa a produzir efeitos concretos sobre a renda de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. O maior Plano Safra da história reafirma o compromisso do governo com a produção de alimentos, o fortalecimento da agricultura brasileira e a segurança alimentar. O Desenrola 2 amplia a renegociação de dívidas e oferece uma nova oportunidade para famílias reconstruírem sua vida financeira. O Pé-de-Meia representa o maior programa de permanência escolar da história do país, combatendo a evasão e garantindo que milhões de jovens possam concluir o ensino médio com mais oportunidades e dignidade. O programa Move Brasil fortalece a neoindustrialização, impulsiona a inovação tecnológica e financia a compra de carros e motos novas e sustentáveis para motoristas e entregadores por aplicativos, enquanto o Tela Brasil reafirma a cultura como dimensão estratégica do desenvolvimento nacional, fortalecendo o audiovisual brasileiro, gerando empregos, promovendo identidade nacional e ampliando o acesso da população à produção cultural.

10. Essas iniciativas expressam uma concepção de Estado que compreende desenvolvimento econômico, distribuição de renda, produção nacional, cultura, ciência e inovação como partes inseparáveis de um mesmo projeto de país.

11. A reconstrução do Brasil também se expressa na retomada da política habitacional e na **proteção das famílias** em momentos de emergência. O Governo Lula recriou e fortaleceu o Minha Casa, Minha Vida, reafirmando a moradia digna como direito do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, diante das tragédias climáticas que atingiram diferentes regiões do país, como o Rio Grande do Sul e a Zona da Mata Mineira, o governo federal respondeu com rapidez e solidariedade, criando o Auxílio Reconstrução e mobilizando investimentos para garantir moradia, renda e proteção às famílias atingidas. Reconstruir o Brasil significa garantir que o Estado esteja presente quando o povo mais precisa, protegendo vidas, assegurando direitos e oferecendo esperança para quem mais sofreu.

12. Não por acaso, o reconhecimento popular a esse processo de reconstrução se expressa nas pesquisas de opinião realizadas em todo o país. Em todos os levantamentos nacionais divulgados até o momento, o presidente Lula lidera a disputa presidencial de 2026. Mais do que um indicador eleitoral, esses resultados revelam que a população reconhece os avanços promovidos pelo governo e identifica, cada vez mais claramente, qual projeto responde às necessidades concretas do povo brasileiro.

13. **Essa liderança, entretanto, não autoriza acomodação.** A história do Partido dos Trabalhadores demonstra que nenhuma vitória popular foi construída apenas pelas pesquisas ou pelas instituições. Todas dependeram da **mobilização social, da organização da militância, da presença permanente nos territórios**, da disputa de ideias nas redes e do diálogo cotidiano com o povo brasileiro, sempre sob forte ataque da elite do atraso que não suporta ver o Brasil crescer e a vida do povo melhorar.

14. A reconstrução do Brasil também exige reafirmar um princípio: não há desenvolvimento sem soberania. Defender a soberania nacional significa proteger nossa capacidade de decidir livremente os rumos do país, **preservar nossos recursos estratégicos, fortalecer nossa democracia** e garantir que as decisões fundamentais sobre nossa economia, nosso território e nosso povo sejam tomadas pelos brasileiros e brasileiras.

15. Repudiamos toda tentativa de subordinar os interesses nacionais a projetos estrangeiros ou a disputas políticas internacionais. É **gravíssimo que Flávio e Eduardo Bolsonaro atuem fora do país para estimular medidas econômicas contra o próprio Brasil**, negociando o prejuízo do povo brasileiro como instrumento de cálculo eleitoral. Ao pedir que as tarifas contra produtos nacionais fossem aplicadas somente depois das eleições, revelam o **caráter entreguista de um projeto político que não hesita em sacrificar empregos, empresas brasileiras, a produção nacional e a soberania do país** em benefício de seus próprios interesses. Trata-se de uma postura de vendilhões da pátria, que afronta a história do povo brasileiro e tenta transformar o Brasil em quintal norte americano. Diante disso, a resposta firme do presidente Lula reafirma que o Brasil dialoga com todas as nações, mas jamais aceitará chantagens, tutelas ou interferências estrangeiras sobre sua democracia, sua economia e seu destino. Defender o Brasil é defender sua autonomia política, econômica, tecnológica e diplomática contra qualquer projeto de submissão nacional.

16. A defesa da soberania nacional também se expressa na proteção das instituições e das ferramentas que fortalecem a autonomia econômica do povo brasileiro. O Pix tornou-se um patrimônio da população, democratizando o acesso aos meios de pagamento, reduzindo custos para consumidores e pequenos empreendedores, ampliando a inclusão financeira e consolidando-se como uma inovação reconhecida internacionalmente. Por isso, repudiamos toda tentativa de atacar ou enfraquecer esse instrumento por motivações políticas ou interesses externos. Defender o Pix é defender a capacidade de inovação do Estado brasileiro, a soberania tecnológica nacional e o direito de milhões de brasileiros e brasileiras de utilizar um sistema público, eficiente, seguro e gratuito, construído para servir ao interesse do país e de seu povo.

17. A defesa da soberania nacional também pressupõe o fortalecimento permanente das instituições públicas responsáveis pela segurança da população e pelo combate ao crime organizado. O enfrentamento às organizações criminosas exige inteligência, cooperação internacional, investimentos em tecnologia, valorização das forças de segurança e fortalecimento da Polícia Federal, das polícias estaduais e dos órgãos de investigação e controle.

18. Ao mesmo tempo, reafirmamos que nenhuma política de segurança pode servir de justificativa para qualquer forma de tutela estrangeira sobre o Brasil. O combate ao crime organizado deve ser conduzido pelas instituições brasileiras, dentro do Estado Democrático de Direito, preservando nossa soberania e respeitando a Constituição Federal.

19. Vivemos um momento em que a disputa internacional por recursos naturais, cadeias produtivas, tecnologia, inteligência artificial, infraestrutura digital, dados e minerais estratégicos recoloca o desenvolvimento nacional no centro da agenda política. Por isso, torna-se ainda mais importante fortalecer a indústria brasileira, ampliar a capacidade científica e tecnológica do país, investir em infraestrutura, construir

nossa soberania digital, proteger empresas estratégicas e ampliar políticas públicas voltadas à inovação e à agregação de valor à produção nacional.

20. O **Brasil possui todas as condições para ocupar posição de destaque na economia do século 21**. Para isso, será necessário combinar investimento público, iniciativa privada comprometida com o desenvolvimento nacional, planejamento de longo prazo e fortalecimento do Estado como indutor do crescimento econômico.

21. Ao contrário do receituário neoliberal, que reduz o papel do Estado e transforma direitos em mercadorias, o Governo Lula demonstra que **crescimento econômico e justiça social devem caminhar juntos**. O fortalecimento da renda dos trabalhadores, a retomada da indústria nacional, a ampliação do crédito, a valorização da agricultura, os investimentos em infraestrutura, educação, cultura, ciência e inovação constituem pilares de um novo ciclo de desenvolvimento que coloca o povo brasileiro no centro das prioridades nacionais. Essa concepção rompe com a lógica da austeridade permanente e reafirma que desenvolvimento só é verdadeiro quando melhora concretamente a vida das pessoas.

22. A reconstrução do Brasil também passa pelo **fortalecimento do Sistema Único de Saúde como patrimônio do povo brasileiro**. Após anos de negacionismo do Governo Bolsonaro em plena pandemia, de desmonte de políticas públicas e de enfraquecimento da capacidade de atendimento do SUS, o Governo do Presidente Lula recolocou a saúde no centro das prioridades nacionais. Retomou o Programa Mais Médicos, recompôs e ampliou a Farmácia Popular, criou o programa Agora Tem Especialistas para reduzir o tempo de espera por consultas, exames e cirurgias, recuperou as altas coberturas vacinais, restabelecendo a confiança da população na ciência e na prevenção, e ampliou o acesso aos serviços de saúde por meio de iniciativas como as carretas da saúde, levando atendimento especializado a regiões historicamente desassistidas. Enquanto o governo anterior atacou a ciência, banalizou a pandemia e desmontou políticas essenciais de atenção à saúde, o Governo Lula reafirma que o SUS é uma das maiores conquistas da democracia brasileira e que saúde pública universal, gratuita e de qualidade é um direito do povo e um dever do Estado.

23. A **luta pelo fim da escala 6x1 representa uma das mais importantes reivindicações da classe trabalhadora brasileira neste período**. A aprovação na Câmara dos Deputados demonstrou que nenhuma conquista social acontece sem organização e mobilização popular. Foi a pressão dos trabalhadores e trabalhadoras, dos sindicatos, dos movimentos sociais, da juventude e das forças democráticas que tornou possível essa importante vitória. Agora, a batalha continua no Senado Federal. O Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a aprovação definitiva, compreendendo que reduzir a jornada, ampliar o tempo para a convivência familiar, o estudo e o lazer significa melhorar a qualidade de vida das pessoas, fortalecendo a economia, a saúde mental e a construção de um país mais justo.

24. O escândalo envolvendo o Banco Master simboliza, de forma emblemática, o projeto de país representado pela extrema direita brasileira. Até hoje, **Flávio Bolsonaro não apresentou explicações convincentes sobre o destino dos milhões de reais solicitados a Daniel Vercaro** nem sobre as operações financeiras que cercam essa relação. As sucessivas mentiras e mudanças de versão apenas ampliam as dúvidas da sociedade. Mais do que um episódio isolado, esse caso evidencia a promiscuidade entre interesses privados, poder político e setores do sistema financeiro que marcou o período bolsonarista. Enquanto o Governo Lula fortalece as instituições de controle, assegura autonomia à Polícia Federal e reafirma o compromisso com a transparência e o interesse público, seus adversários permanecem associados a um modelo em que negócios obscuros, privilégios e a captura do Estado por interesses particulares caminham lado a lado. Não se trata apenas da conduta de um indivíduo, mas da expressão de um projeto político que subordina o interesse nacional aos interesses de poucos.

25. Os ataques recentes promovidos pela extrema direita às mulheres revelam uma das faces mais perversas de seu projeto político. Não se trata de episódios isolados ou declarações infelizes, mas de uma visão de mundo profundamente autoritária, patriarcal e excludente. A recente declaração de Paulo Figueiredo, ao afirmar que “mulher vota mal”, sintetiza uma concepção que pretende desqualificar a participação política feminina e restringir a presença das mulheres nos espaços de decisão. Essa lógica dialoga com movimentos

ultraconservadores internacionais que buscam retirar direitos, atacar políticas de igualdade e reafirmar papéis sociais subordinados para as mulheres.

26. O **Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras reafirma que não haverá democracia plena enquanto persistirem a misoginia, a violência política de gênero, o feminicídio, a desigualdade salarial e todas as formas de discriminação contra as mulheres.**

27. Nosso compromisso permanece sendo o de ampliar a participação política das mulheres, fortalecer políticas públicas de autonomia econômica, enfrentar todas as formas de violência de gênero e construir uma sociedade baseada na igualdade de direitos. As mulheres brasileiras não são destinatárias passivas das políticas públicas: são protagonistas da democracia, da produção de riqueza, da cultura, da educação, da ciência e da transformação social. Defender os direitos e a participação das mulheres na política significa fortalecer a própria democracia brasileira.

28. Também acompanhamos com atenção o **cenário político latino-americano**. As recentes eleições na região demonstram que a disputa entre democracia e autoritarismo permanece aberta e exige permanente capacidade de organização das forças populares. A extrema direita conquistou importantes vitórias eleitorais impulsionadas por campanhas massivas de desinformação, pela atuação das plataformas digitais, pela disseminação do discurso de ódio, pela exploração do medo e por ofensivas sistemáticas contra as instituições democráticas. Soma-se a isso a crescente interferência de interesses econômicos e geopolíticos externos nos processos políticos nacionais, buscando enfraquecer projetos comprometidos com a soberania e a justiça social. Ao mesmo tempo, reafirmamos nossa confiança na capacidade de resistência, reorganização e unidade das forças populares, progressistas e democráticas em toda a América Latina. **Mesmo nos países onde a extrema direita alcançou vitórias eleitorais, amplos setores da sociedade seguem mobilizados e organizados, demonstrando que a disputa política permanece aberta e que as maiorias populares continuam lutando pelos rumos de seus países.** Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer a integração latino-americana, ampliar a cooperação entre governos democráticos e populares e construir respostas comuns para os desafios econômicos, ambientais, tecnológicos e sociais do continente. Mais do que nunca, é preciso estarmos atentos e fortes na defesa da democracia, da soberania nacional, da integração regional e da organização popular como condições indispensáveis para impedir o avanço do autoritarismo em nosso país e em toda a América Latina.

29. Manifestamos nossa **mais profunda solidariedade ao povo venezuelano diante da grave tragédia humanitária provocada pelos terremotos que atingiram o país, causando milhares de mortes, feridos, desaparecidos e deixando incontáveis famílias desabrigadas e enlutadas.** Neste momento de dor, expressamos nossas condolências às vítimas, às suas famílias e a todos aqueles que atuam nos esforços de resgate, acolhimento e reconstrução. Reafirmamos que a solidariedade entre os povos deve prevalecer diante de tragédias dessa magnitude e defendemos que toda cooperação internacional seja orientada pelos princípios da ajuda humanitária, da solidariedade, do respeito à soberania nacional e da não intervenção nos assuntos internos dos Estados. Que o povo venezuelano encontre na união de seu povo e na cooperação internacional o apoio necessário para superar esta imensa tragédia humanitária e reconstruir suas comunidades com dignidade e esperança.

30. Reafirmamos que o **Brasil deve seguir orientando sua política externa pelos princípios da soberania nacional**, da autodeterminação dos povos, da não intervenção e da cooperação internacional. Reiteramos nossa histórica solidariedade ao povo cubano e defendemos o imediato fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba, medida unilateral que, há mais de seis décadas, penaliza injustamente sua população, restringe seu desenvolvimento e viola os princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. A defesa do fim do bloqueio não é apenas um gesto de solidariedade a Cuba, mas uma afirmação dos valores que orientam a política externa brasileira: o respeito à soberania dos povos, ao diálogo entre as nações e à construção de uma ordem internacional baseada na paz, na cooperação e na justiça.

31. A tradição diplomática brasileira sempre esteve comprometida com a paz, a cooperação e a autodeterminação dos povos. Esses princípios seguem sendo fundamentais para a construção de uma

América Latina mais integrada, democrática e socialmente justa.

32. A disputa política de 2026 não será apenas entre candidaturas, mas entre dois projetos de país. De um lado, o projeto democrático e popular liderado pelo presidente Lula, comprometido com a soberania nacional, o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, a redução das desigualdades, a valorização do trabalho, da cultura, da ciência e da democracia. De outro, a tentativa de reconstrução de um **projeto neoliberal e autoritário que governou para poucos, promoveu o desmonte do Estado, atacou direitos sociais**, enfraqueceu as instituições democráticas e subordinou os interesses nacionais a agendas externas.

33. **O povo brasileiro já conhece os resultados concretos desses dois caminhos. A memória da fome, do desemprego, do negacionismo, do isolamento internacional e da destruição das políticas públicas contrasta com o processo de reconstrução nacional conduzido pelo Governo Lula.** Essa comparação tende a se tornar ainda mais evidente à medida que o debate político se intensifique.

34. **Os avanços conquistados até aqui demonstram, entretanto, que governar para transformar exige também construir uma nova correlação de forças na sociedade e nas instituições.** O Governo Lula tem promovido importantes mudanças mesmo diante de uma configuração parlamentar que, em muitos momentos, não expressa os interesses da maioria do povo brasileiro. A **captura de parcela significativa do Orçamento Público por mecanismos que reduziram a capacidade de planejamento e investimento do Estado**, somada à influência desproporcional de interesses econômicos e corporativos sobre parte do Congresso Nacional, impõe limites concretos à implementação de um projeto nacional transformador.

35. Por isso, reafirmamos que a reeleição do presidente Lula deve estar acompanhada da eleição de governadores e governadoras comprometidos com o desenvolvimento nacional e, sobretudo, da construção de uma maioria democrática e popular na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **O Brasil precisa de um Congresso que esteja comprometido com os trabalhadores**, com a redução das desigualdades, com a soberania nacional e com o fortalecimento das políticas públicas, e não com privilégios, interesses particulares ou a captura do Estado. Somente com uma nova correlação de forças será possível aprofundar as transformações iniciadas pelo Governo Lula, recuperar plenamente a capacidade de planejamento do Estado brasileiro e aprovar as reformas estruturantes necessárias para consolidar um novo ciclo de desenvolvimento com democracia, justiça social e participação popular.

36. Entre essas tarefas estratégicas destacam-se o aprofundamento da reforma tributária, a continuidade da redução das desigualdades sociais e regionais, **o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, da educação pública e da ciência, a ampliação da política industrial, a democratização do acesso à cultura, o enfrentamento às mudanças climáticas, a defesa da soberania digital e tecnológica** e a consolidação de um Estado cada vez mais eficiente, democrático e comprometido com os direitos da maioria do povo brasileiro.

37. Para isso, é essencial avançar em uma **reforma político-eleitoral** que fortaleça os partidos políticos, aprofunde as políticas de ações afirmativas e de promoção da diversidade, amplie a transparência do sistema eleitoral, valorize os programas coletivos em detrimento dos projetos personalistas e reduza a influência do poder econômico sobre a política. Defendemos a construção de um sistema mais democrático, representativo e programático, com a adoção do voto em lista partidária preordenada, assegurada a paridade de gênero e a ampla participação democrática na definição das listas, o fortalecimento da fidelidade partidária e a redução da fragmentação partidária, criando melhores condições para que a vontade popular se traduza em governos com capacidade de implementar o programa escolhido nas urnas.

38. O Partido dos Trabalhadores reafirma que sua principal força sempre esteve na capacidade de organizar o povo brasileiro. Foi assim na luta pela redemocratização, na construção da Constituição Cidadã, nas grandes mobilizações populares, na eleição de Lula e Dilma e na resistência ao golpe de 2016, à perseguição judicial e à tentativa de destruição do projeto democrático-popular.

39. Mais uma vez, será a organização popular que fará a diferença. Nenhuma pesquisa substitui a militância. Nenhum algoritmo substitui o diálogo. Nenhuma estrutura institucional substitui a presença cotidiana do partido nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho, nas universidades, nos movimentos sociais, nas igrejas, nas comunidades e nas redes digitais.

40. O Diretório Nacional do PT convoca toda a militância petista, seus dirigentes, parlamentares, prefeitos, vereadores, movimentos sociais, sindicatos, juventudes, setoriais e núcleos de base a intensificarem o trabalho de organização política, formação, comunicação e mobilização social em todo o território nacional.

41. É hora de ampliar nossa presença junto ao povo, disputar valores, enfrentar a desinformação, fortalecer a participação das mulheres, da juventude, da população negra, dos povos indígenas, da comunidade LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, dos trabalhadores do campo e da cidade e de todos aqueles que acreditam na democracia e na justiça social como fundamentos de um Brasil melhor.

42. **Entramos na etapa decisiva da reconstrução nacional. O Brasil reúne condições extraordinárias para inaugurar um novo ciclo histórico de desenvolvimento soberano, sustentável e inclusivo.** Temos um povo criativo e trabalhador, uma democracia que soube resistir aos ataques autoritários, uma economia em recuperação, enorme riqueza ambiental e capacidade produtiva para ocupar posição de protagonismo no mundo.

43. A vitória do projeto democrático e popular em 2026 exigirá o maior processo de mobilização social e política organizado pelo Partido dos Trabalhadores desde a redemocratização. Por isso, aprovamos um Plano Nacional de Mobilização, capaz de integrar a ação do partido, dos movimentos sociais, das frentes populares, dos sindicatos, das juventudes, do movimento de mulheres, das Secretarias e Setoriais, dos mandatos parlamentares e de toda a militância em uma grande jornada nacional de organização popular.

44. Um dos principais eixos desse processo será a construção coletiva do **Programa de Governo Participativo do Presidente Lula**. Em todo o Brasil serão realizadas centenas de plenárias territoriais, temáticas e setoriais, mobilizando trabalhadores e trabalhadoras, juventudes, mulheres, povo negro, povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos populares, universidades, artistas, intelectuais e todos aqueles comprometidos com a reconstrução e a transformação do Brasil. **O programa de governo será construído ouvindo o povo brasileiro, fortalecendo a participação popular como fundamento da democracia.**

45. O Partido dos Trabalhadores intensificará sua **presença permanente nos territórios** por meio da realização de panfletagens, visitas casa a casa, rodas de conversa, reuniões comunitárias, atividades culturais, plenárias populares e jornadas de diálogo com a população. A mobilização pelo fim definitivo da escala 6x1, pela defesa da soberania nacional, da democracia, dos direitos sociais e das conquistas do Governo Lula será parte central desse esforço permanente de organização popular.

46. O Diretório Nacional orienta toda a militância petista, seus dirigentes, parlamentares, movimentos sociais, sindicatos, juventudes, setoriais e núcleos de base a manterem **mobilização permanente em todo o território nacional**. A organização popular deverá ser cotidiana, articulando presença nas ruas e nas redes, fortalecendo os Comitês de Luta, ampliando a Rede de Porta-Vozes do Presidente Lula, consolidando o Pode Espalhar, realizando panfletagens, visitas casa a casa, plenárias populares e ações de formação política, além de impulsionar a construção do Plano de Governo Participativo. A vitória em 2026 será resultado da **capacidade de transformar apoio em organização, organização em mobilização e mobilização em participação popular permanente.**

47. A disputa política do nosso tempo será vencida pela capacidade de **combinar organização popular, presença territorial e comunicação digital**. Estaremos nas ruas e nas redes, nos locais de trabalho, nas escolas, universidades, igrejas, comunidades, periferias e em cada município brasileiro, dialogando com o povo, fortalecendo a esperança e transformando participação em organização. Essa será a marca da campanha do presidente Lula: um movimento construído coletivamente, enraizado no povo brasileiro e comprometido

com um Brasil mais democrático, soberano, justo e solidário.

48. É com confiança nessa capacidade coletiva que convocamos o Partido dos Trabalhadores, nossos aliados e toda a sociedade brasileira a seguir construindo um país mais justo, democrático, soberano e solidário. A vitória de 2026 será fruto da organização popular, da mobilização permanente e da esperança transformada em ação política.

49. Seguiremos nas ruas, nas redes, nos locais de trabalho, nas universidades, nas comunidades e em cada canto do Brasil, porque sabemos que a democracia se fortalece quando o povo participa, a soberania se consolida quando a nação decide seu próprio destino e a justiça social só se realiza quando ninguém fica para trás.

50. Reeleger o presidente Lula, fortalecer o campo democrático e popular e construir maioria política para aprofundar as transformações do Brasil é a nossa grande tarefa histórica para o próximo período !

Brasília, 3 de julho de 2026.

Via pt.org.br

Compartilhe nas redes: